

**O turismo balnear na Amazônia: realidades e perspectivas em
Bragança (PA)**

DOI: 10.2436/20.8070.01.168

Elcivania da Silva Tack

Turismóloga pela Universidade Federal do Pará

E-mail: elcivaniatack@gmail.com

Helena Doris de Almeida Barbosa

Doutora em Desenvolvimento Socioambiental, Universidade Federal do Pará, Brasil

Professora da Faculdade de Turismo da Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: hdoris65@gmail.com

Vânia Lúcia Quadros Nascimento

Doutora em Desenvolvimento Socioambiental, Universidade Federal do Pará, Brasil

Professora da Faculdade de Turismo da Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: vaniaquadros.ufpa@gmail.com

Paulo Moreira Pinto

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental, Universidade Federal do Pará, Brasil

Professor da Faculdade de Turismo da Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: pmpinto@msn.com

Resumo

O turismo balnear é uma prática presente em vários países, tendo como principal motivador o uso dos recursos hídricos, sejam eles vinculados à praia, aos rios ou aos lagos, fomentando relevantes fluxos turísticos. Na Amazônia, com ênfase no estado do Pará, o turismo balnear tem um aspecto diferente, é essencialmente realizado em igarapés, recursos hídricos bastante abundantes na região, integrantes da vivência de povos que os utilizam de diversas maneiras e, mais recentemente, são tidos como um dos principais atrativos turísticos e de lazer dessa região. Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre os balneários de igarapés do município de Bragança, um dos principais destinos turísticos do nordeste paraense e a relevância que possuem para o turismo, e como esse recurso natural vem sendo um vetor de demanda turística na cidade. A metodologia utilizada foi baseada em pesquisas bibliográfica, documental, e pesquisa de campo, com coleta de dados realizada nos balneários e entrevistas com

agentes públicos e empresários do setor. Os dados evidenciaram a relevância e as possibilidades desse tipo de empreendimento na atividade turística do município. No entanto, também mostraram que os igarapés ainda são tidos apenas como atrativos de apoio para que a atividade turística se desenvolva. Conclui-se que, apesar de estes ainda não serem considerados pelo poder público um atrativo significativo, sendo vistos meramente como coadjuvantes da atividade turística e do lazer, estão sendo demandados pela população local e turística, passando a ser cada vez mais frequentados, podendo se tornar um produto turístico representativo de Bragança

Palavras-chave: Turismo Balnear. Igarapé. Nordeste paraense. Bragança (PA).

1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade segmentada, multidisciplinar e acima de tudo inovadora, que movimenta vários setores da economia do país onde é desenvolvido. É considerado uma das principais práticas econômicas mundiais, pois a cada ano se constitui um dos setores econômicos que mais cresce no mundo. Além disso, é um fenômeno social e político, um indutor de inclusão que, quando bem planejado, proporciona a geração de emprego e renda, diminuindo a desigualdade social e levando à melhoria da qualidade de vida da população onde é implantado

A atividade turística contemporânea está diretamente ligada às ações e aos desejos do ser humano, o qual procura realizar seus anseios buscando novas experiências. Seu desenvolvimento abrange um número crescente de novos destinos e segmentos, sendo um fator importante para o movimento da economia mundial, visto que o setor turístico gera um grande volume de divisas no mundo inteiro e é um dos segmentos da economia que traz retorno de investimento mais acelerado, se comparado aos demais setores econômicos. As diferentes modalidades da atividade se estabelecem, entre outros fatores, a partir das disponibilidades de recursos a serem utilizados, os quais variam de atrativos culturais aos naturais.

Ao se abordar o turismo é necessário entender que possui uma gama de possibilidades contextuais muito abrangentes que envolvem outras áreas com as quais se relaciona. Panosso Netto (2005) afirma que tal prática não pode ser vista somente como atividade econômica e social, apresentando também uma dimensão multidisciplinar. Neste sentido, Moesch (2002, p. 09) assim define:

Turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamento entre produção e serviços, em cuja composição interagem-se uma prática social com base cultural, com herança histórica a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório dessa dinâmica sociocultural gera o fenômeno recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhares de pessoas como síntese: o produto turístico.

Neste cenário, a abordagem do turismo torna-se mais complexa, exposta em um contexto muito vasto, com uma amplitude interdisciplinar. Deixa-se claro que o turismo não está relacionado somente ao ato de viajar e aos serviços prestados nessa ação. Relaciona-se, também, ao meio no qual se desenvolve, aos aspectos social, cultural, histórico, geográfico e ambiental.

Panosso Netto (2010) afirma que as visões mais comuns de turismo são relacionadas a férias, viagem, descanso, lazer, prazer e fuga da realidade. Consiste em um gerador de emprego e renda, difusor de cultura entre os povos e atividade econômica. No entanto, todas essas percepções, ainda assim, não demonstram em si mesmas a complexidade do fenômeno.

Devido à complexidade do turismo, faz-se necessário atentar para sua implementação, avaliando sua aplicabilidade de acordo com as especificidades regionais, uma vez que seus efeitos são diversos e abrangentes. Além de ser uma possibilidade de fortalecimento e avanço econômico, de gerar emprego e renda, também pode se tornar um indutor de inclusão. Isto, pois, contribui para diminuir desigualdades e promover melhoria na qualidade de vida, aprendizado e descobertas a partir do contato com outras realidades.

Quando não é planejado de maneira correta, o turismo pode vir a gerar, entre outros, perda do controle do crescimento, desequilíbrio social e descaracterização cultural. O que leva a impactos irreversíveis e esgotamento dos recursos naturais. Por outro lado, se bem planejado, pode ser uma alternativa de preservação ambiental, contribuindo para desenvolvimento sustentável do local onde ocorre.

Na Amazônia ocidental, o nordeste paraense se apresenta como um dos principais espaços de usos do ambiente costeiro pela atividade turística. Seja pela diversidade ambiental nele presente, composta de rios, praias, lagos, campos e igarapés; seja pela sociodiversidade presente milenarmente nestes espaços (ROOSEVELT, 1991). Neste cenário estão inseridas as sociedades pesqueiras como

[...] grupos sociais que fazem da pesca, coleta e extrativismo marinhos e fluviais sua base de vida material e social [...] partes de um contexto sociocultural, econômico e político mais amplo e mais complexo, com o qual interagem e estão sujeitos às dinâmicas sociais intervenientes e, conseqüentemente, a níveis de maior ou menor complexidade (FURTADO, 2006, p. 161).

Tal segmento social vem, ao longo do tempo, se deparando com inúmeras transformações não só no âmbito do espaço ambiental onde vive, mas também no cultural, imputadas por diversos vetores, dentre eles o turismo, que nestas áreas vem se utilizando de maneira nem sempre planejada e adequada do ambiente natural, principalmente dos recursos hídricos.

Este artigo se propõe a evidenciar a realidade do turismo balnear no município de Bragança, nordeste paraense, na Amazônia ocidental, um dos principais destinos turísticos do estado; a mostrar a relevância que os balneários de igarapés do município possuem para o turismo; a ressaltar como esse recurso natural vem sendo um vetor de demanda turística para a cidade; e a destacar as potencialidades que os igarapés podem oferecer para o desenvolvimento do setor turístico bragantino.

São práticas turísticas efetivas no município, além do turismo de sol e praia, o turismo religioso e o turismo balnear. Este último está presente em vários países, tendo como principal motivador o uso dos recursos hídricos, vinculados à praia, aos rios, aos lagos, fomentando relevantes fluxos turísticos.

Na Amazônia, o turismo balnear envolve um diferente aspecto: é essencialmente realizado em igarapés, recursos hídricos bastante abundantes na região, os quais fazem parte da vivência de populações que os utilizam de diversas maneiras. Atualmente, os igarapés são tidos como um dos principais atrativos turísticos e de lazer dessa região,

fazendo parte da cultura e tradição do povo amazônico. Antigamente, eram tidos como fonte de fartura, ofereciam peixe e água limpa e saudável. Com o passar dos anos, além de serem considerados sinônimo de natureza e pureza, tornaram-se um atrativo bastante procurado para quem deseja, além do contato com a natureza, desfrutar de lazer e recreação.

2 METODOLOGIA

A partir de uma visão multi e interdisciplinar do turismo (DENCKER, 1998; PANOSSO NETTO, 2005; VEAL, 2011), a metodologia utilizada para a obtenção das evidências do estudo relatado neste artigo se deu congregando pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Isto considerando o disposto por autores como Farias Filho e Arruda Filho (2013) e Severino (2016).

Trata-se, consoante a Dencker (1998), Farias Filho e Arruda Filho (2013), Moreira e Caleffe (2008) e Veal (2011), de uma pesquisa exploratória, descritiva, quali-quantitativa. Tem como objeto os balneários bragantinos, enfocando a estrutura deles, seu funcionamento e suas possibilidades no que tange à consolidação do turismo balnear. Este considerando a realidade e a especificidade amazônica.

A pesquisa bibliográfica que embasa as discussões considerou estudos sobre turismo e turismo balnear. O que possibilitou perceber as lacunas existentes quando se pensa no turismo balnear no contexto amazônico. E, em especial, em relação ao nordeste paraense.

A pesquisa documental foi realizada em documentos institucionais, tais como planos, projetos, leis e o inventário turístico de Bragança. Os quais foram obtidos junto à Secretaria Municipal de Turismo – SETUR e à Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN. Assim como também foram analisados outros documentos disponíveis nos *sites* da Secretaria de Estado de Turismo do Pará – SETUR e do Ministério do Turismo – MTUR.

A pesquisa de campo foi realizada em dez balneários do município de Bragança. Utilizou-se como instrumentos de coleta de dados o questionário e a entrevista (DENCKER, 1998; FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2013;); a observação sistemática (MOREIRA; CALEFFE, 2008; SEVERINO, 2016); e o registro fotográfico (SIMONIAN, 2006). Os questionários foram aplicados aos proprietários dos estabelecimentos balneares *in loco*; os roteiros de entrevistas, aos entes públicos ligados à temática; e o registro fotográfico colaborou para ilustrar as informações coletadas. Além disso, utilizou-se a observação sistemática para complementar a coleta de dados e oferecer melhor perceptividade de entendimento sobre os locais pesquisados. A análise dos dados levantados foi realizada considerando a matriz analítica proposta por Farias Filho e Arruda Filho (2013) e a análise de conteúdo definida por Bardin (2011).

3 TURISMO, NATUREZA E RECURSOS HÍDRICOS

O turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e está intimamente ligado a ela, em uma relação de dependência e de troca de energia, em que o meio ambiente é uma das principais bases para o seu desenvolvimento, já que necessita de um ambiente para se desenvolver. Na atualidade, a movimentação de turistas ao redor do mundo está relacionada principalmente a produtos compostos por recursos naturais, diferentemente do que ocorria no século XVI quando, de acordo com Barreto (2008), as pessoas de alto poder aquisitivo enviavam seus filhos em viagens

pelo continente europeu em busca de novos conhecimentos e culturas, principalmente em cidades mais desenvolvidas.

Seguindo essa visão, Quaresma (2010, p. 105) ressalta que “o turismo enquanto atividade multidimensional, impressa na sociedade contemporânea como um ‘fenômeno’ marcado pela crescente necessidade de recuperação dos desgastes físicos e mentais do cotidiano urbano-capitalista, ou de lazer”, tornou-se não mais um mero luxo relacionado àqueles com alto poder aquisitivo para realizá-lo, mas também uma necessidade física e psicológica.

Mesmo com os mais diversos motivos para se viajar, com o passar dos anos, as pessoas foram evoluindo em seus desejos e já não se satisfazem com destinos massificados e comuns, que em sua maioria, são aqueles que recebem grande fluxo turístico. Passaram a demandar de maneira mais efetiva o turismo desenvolvido em áreas naturais, verdes, onde pudessem ter mais contato com a natureza e com toda a energia que dela emana. Devido a isto, desenvolveu-se um novo mercado para o turismo, denominado Turismo de Natureza. Este, consoante Mota (2019, p. 19), “[...] abrange qualquer segmento do turismo que ocorre em áreas predominantemente naturais com o objetivo de apreciar e desfrutar da natureza através de atividades e experiências diretamente relacionadas com os recursos naturais.”

Para atender esse nicho e seus anseios, deve-se analisar o mercado. Nesse sentido, o Ministério do Turismo – MTUR destaca: “[...] não é apenas entender a demanda dos turistas atuais e seus comportamentos de consumo, mas também entender as modificações e tendências que estão ocorrendo nos padrões de consumo” (BRASIL, 2010, p. 15). Assim, é necessário observar as pessoas que compõem este mercado, seus anseios e atos, lembrando que elas agem, precisam e pensam de maneira diferente.

Para satisfazer esse mercado sedento por natureza, surge uma nova tendência turística que visa atender a essa demanda turística composta por consumidores mais conscientes e informados. Estes possuem prioridades e motivações mais complexas e variadas do que os turistas de décadas anteriores, que se caracterizavam pela massificação popular e pelo status. Grimm e Sampaio (2011) argumentam que os novos turistas se preocupam com a problemática ambiental que a sociedade está vivendo e possuem maior consciência ecológica, atentando-se para preservação da legitimidade cultural das comunidades tradicionais.

De acordo com Ruschmann (2008), esse novo turismo surge da necessidade que as pessoas têm de se reencontrar e se conectar com a natureza. Elas procuram o meio natural para fugir de sua realidade e do cotidiano estressante, sendo, em sua maioria, residentes em grandes centros urbanos. Coadunado com esta perspectiva, Martins (2018) faz um denso levantamento dos diversos sentidos/definições que o turismo de natureza vem adquirindo ao longo do tempo sob diversos aspectos, e enfatiza que o turismo de natureza, está vinculado à valores conservacionistas, à relação com a comunidade local e à relação direta com espaços naturais protegidos e que se mescla com outros segmentos como o ecoturismo, o turismo de aventura, geoturismo, turismo responsável, turismo verde dentre outros.

O turismo de natureza é considerado um dos vetores para o desenvolvimento econômico brasileiro. Segundo o Fórum Econômico Mundial, o Brasil é o país com maior potencial turístico do mundo (BEZERRA, 2018), com relação aos recursos naturais, parte desta diversidade está protegida em Unidades de Conservação – UC, que, de acordo com Brasil (2000, p. 1), correspondem a “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e

limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.” Os dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO (BRASIL, 2015) apontam que estas UCs receberam cerca de 6,6 milhões de visitantes no ano de 2014, havendo aumento de 10% com relação ao ano anterior.

Martins (2018, p. 94) considera como turismo de natureza

[...] todo o turismo realizado em ambientes nos quais a paisagem é seu principal atrativo. Ele acontece independentemente da existência de estruturas formais e é movido basicamente pelos interesses do mercado, ainda que não exista necessariamente uma preocupação ambiental e social. Essa modalidade de turismo se motiva, então, pelos lócus da Natureza (risco, descanso, lazer ou retorno às raízes) e nem sempre ocorre em áreas protegidas.

Atualmente, aponta Souza (2014), é um dos segmentos com maior expansão, agregando atividades em diversos espaços, tempos e ambientes, sobressaindo as relacionadas a observação, fruição e interpretação da natureza e cultura próprias das áreas visitadas.

Neste artigo, entende-se o turista, a partir de Brasil (2018, p. 33), como “pessoa que se desloca para fora de seu local de residência permanente por mais de 24 horas, pernoita, por motivo outro que o de não fixar residência ou exercer atividade remunerada, realizando gastos de qualquer espécie com renda recebida fora da região visitada.” Como visitantes toma-se as “pessoas que se deslocam de seu local de residência para realizar viagens curtas para negócios, participar de eventos, lazer, visitar parentes e a amigos. Caso haja pernoite já se classifica como turista.” (FALCÃO, 2016, p. 730). Embora sejam sujeitos distintos, ambos podem demandar o turismo balnear.

É impossível desenvolver turismo sem que gere algum tipo de alteração, porém, com o planejamento adequado, objetivando minimizar os impactos negativos, passa a ser um importante aliado do desenvolvimento da localidade onde é realizado. Nesse sentido, Ruschmann (2008, p. 10) adverte: “[...] por isso, o planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando, assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir.” Nesta direção é que se pretende averiguar a realidade e as possibilidades de turismo e lazer nos balneários de Bragança (PA).

Contudo, quando se fala em turismo sustentável, a visão ainda é mais voltada para o meio natural, pois essa é a principal base para o desenvolvimento da atividade turística, sobretudo para o turismo de natureza. Partindo desse pressuposto, é importante ressaltar que entre os recursos naturais absorvidos pelo turismo, os recursos hídricos são os que mais se destacam, sendo utilizados de maneira direta e indireta, uma vez que, além da água ser indispensável para a sobrevivência do ser humano, várias atividades daquele são desenvolvidas com base nela.

Com a acelerada e crescente transformação que ocorre no mundo em vista do avanço tecnológico e da internacionalização econômica, surge uma série de debates nacionais e internacionais, voltados ao uso sustentável dos recursos naturais, principalmente dos recursos hídricos. Esses debates reúnem, de acordo com Quaresma (2010, p. 100), “poderes públicos, sociedade civil, intelectuais e organizações não governamentais no sentido de discutir questões relativas ao uso e finitude do ambiente”, incluindo os recursos hídricos. Uma vez que a água é um recurso indispensável para

todas as formas de vida da terra, logo, todos devem estar coadunados para encontrar uma solução para essa problemática.

De maneira bem direta, Pereira Júnior (2004, p. 03) define recurso hídrico como “a parcela de água doce acessível à humanidade.” Complementando essa conceituação, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM (MINAS, 2008, p. 60) ressalta que recurso hídrico é “qualquer coleção de água superficial ou subterrânea disponível e que pode ser obtida para o uso humano.” No entanto, mesmo com toda sua importância, a gestão dos recursos hídricos é um problema complexo. Pois, se de um lado pesam fatores como as atividades econômicas que dependem desse recurso para se desenvolver e a qualidade de vida das pessoas, por outro lado, há a crescente escassez provocada pelas alterações climáticas, decorrentes da ação antrópica ou natural.

No âmbito do turismo, assim como no de lazer e demais setores, os recursos hídricos são utilizados para muitos fins. Mas, independentemente de qual seja a finalidade, os profissionais que elaboram projetos para o setor são os maiores responsáveis para que o desenvolvimento de determinada atividade ocorra de maneira consciente e responsável. A expectativa é para que este recurso tão importante não venha a se extinguir e se tornar escasso, tanto para as pessoas quanto para o próprio ambiente.

Gomes e Simoniam (2019) discutem as possibilidades que os recursos hídricos possuem de se tornarem vantagem competitiva no setor do turismo. Efetivam tal debate a partir dos meios de hospedagem de Belém (PA) e São Luiz (MA). Apesar de Costa (2015) apontar a questão do uso e da sustentabilidade da água como uma problemática urbana que envolve disputas hegemônicas, uso, apropriação, vontade política e conflitos, percebe-se que tal questão já vem se espalhando às áreas rurais, principalmente aquelas que vêm se defrontando com transformações antrópicas como a especulação imobiliária, os grandes projetos agro minerais e o turismo. Este último é uma atividade que vem se consolidando na região, com o uso dos recursos naturais, a partir não só de praias, de lagos e de rios, mas também de igarapés disponíveis, os quais passam a ser utilizados para fins comerciais do lazer e do turismo.

Apesar de toda uma legislação existente, tal processo vem se configurando no nordeste amazônico sem um planejamento integrado e/ou uma fiscalização efetiva. Isso pode ser justificado pelo fato de muitos dos empreendimentos que utilizam os recursos hídricos se encontrarem em áreas particulares, dificultando a fiscalização do uso. Sobre isso, Gomes e Simonian (2019, p. 252) asseveram: “Neste aspecto, a inserção da questão da água pelo e para o turismo torna-se um desafio plausível diante da necessidade imperiosa de desenvolvimento sustentável.” Urge se estabelecer estratégias para o uso racional destes recursos a fim de que a sua vida útil seja garantida a partir da sustentabilidade destes espaços.

Pensando no uso adequado das águas, surgiram políticas públicas voltadas para este fim. Em 1997 foi criada a Lei Federal 9.433/97, conhecida como Lei das Águas, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. Essa lei concebe um novo marco institucional no país. Uma vez que alia normas, princípios e padrões de gestão de água, já aceitos e praticados em muitos outros países por intermédio da gestão descentralizada e democrática dos recursos hídricos. O que também ocasionou enorme mudança na gestão ambiental foi a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, que tem como objetivo assegurar a disponibilidade de água e padrões de qualidade adequados, bem como promover a utilização racional e integrada

dos recursos hídricos para a atual e as futuras gerações. A Lei compreende que a água não pode ser privatizada, sendo dessa maneira um bem público e descentralizado, utilizado para diversos fins, em que o uso para consumo humano e de animais se mostra prioridade, em caso de escassez.

O turismo deve, assim como as demais atividades que se servem dos recursos naturais como principal base para seu desenvolvimento, pensar na sua utilização de maneira mais sustentável, visando manter sua existência. Entre os diversos recursos naturais usufruídos para gerar bens e serviços, os recursos hídricos são um dos mais demandados, sendo muitas vezes indispensáveis e insubstituíveis para a consolidação de atividades de diversos setores. Deve-se preservar os recursos hídricos, assim como o patrimônio natural como um todo, além do histórico e cultural, incentivando-se seu uso racional e sua conservação, para que a sociedade possa continuar a consumi-los de maneira sustentável e consciente, tornando possível seu usufruto para as futuras gerações.

4 O TURISMO BALNEAR

O Brasil dispõe de uma grande diversidade ambiental no que tange aos destinos turísticos, havendo nestes a predominância de sol durante quase todo o ano. A costa Brasileira ocupa grande parte das bordas tropicais e subtropicais do Atlântico Sul Ocidental, e possui uma grande diversidade de fauna e flora litorânea e ecossistemas interiores. Além disso, baseado em Brasil (2007), a existência de praias isoladas e desertas combinadas com a preservação de grandes faixas da região costeira torna o país convidativo para banhistas e adeptos de esportes relacionados ao turismo de sol e praia.

O turismo balnear é uma variação do segmento de sol e praia, podendo ser inserido no campo do lazer/descanso, em que o clima é um fator bastante relevante para a sua realização. Como tal, está associado à praia, tanto de mar como de rios e albufeiras, que consiste em lagos constituídos pelas águas do mar, ou da chuva, que formam represa artificial de águas correntes ou pluviais, geralmente utilizadas para irrigação (ROCHA, 2005), e que movimentam um fluxo intenso de pessoas (BARROS, 2015). O turismo balnear também pode, segundo França e Cruz (2005), desenvolver-se em igarapés, objeto deste estudo, como será abordado mais à frente.

Desta maneira, o turismo balnear é uma das opções mais procuradas por banhistas que se preocupam com a natureza e buscam atividades mais sustentáveis. Nesse pressuposto, os ambientes naturais chamam cada vez mais a atenção e se tonam alvo do desejo humano. Com vistas a atender a esse mercado cada vez mais crescente, o setor do turismo se volta aos ambientes naturais e procura torná-los destinos turísticos, que visam à sustentabilidade ambiental e ao consumo consciente.

Neste contexto, surgem os balneários, termo que, segundo Rocha (2005), está relacionado a banho, local onde se desenvolve essa prática, ou ainda lugar de férias. Logo, se entende que balneários são locais e/ou lugares específicos em que se toma banho. Na maioria deles há estabelecimentos especiais para atender às necessidades dos banhistas.

Observa-se que mesmo argumentando que balneário é um local de férias associado diretamente a banhos, Rocha (2005) não especifica a finalidade destes. Porém, no surgimento dessa prática no século XVIII na Europa, por orientação de um doutor de nome Wittie, passou-se, além de beber a água dos balneários, banhar-se neles, pois segundo aquele, a cura seria mais acelerada. Segundo Urry (2001, p. 34), os

balneários “possuíam fontes de água mineral, usadas tanto para banho como para beber. Data de 1626, aproximadamente, o surgimento do primeiro balneário na Inglaterra, em propriedade particular.” França e Cruz (2005) enfatizam que inicialmente os banhos em balneários eram realizados em termas, bastante restritas, praticados pela classe mais abastada da sociedade que se utilizava destes com o objetivo de cura, e não de diversão.

Posteriormente, os balneários surgiram em Portugal, no século XIX, também procurados para fins terapêuticos, receitados por médicos da época que indicavam as termas balneares para terapia pela água, pois algumas dessas águas apresentariam propriedades medicinais. Em seguida, a partir das décadas de 1840/1850, essa prática despontou, pois, além dos benefícios medicinais, ela trazia bem-estar a seus praticantes, permitia o desfrutar do meio natural e um novo contato e troca, na relação entre indivíduo e natureza, passando a ser desenvolvida também à beira mar (NUNES, 2009). Foi então que essa atividade se ampliou e se tornou popular entre as classes menos favorecidas, transformando os banhos em balneários em uma prática de lazer comum à sociedade de modo geral.

Surge então, segundo Nunes (2009), o turismo balnear, sendo uma das segmentações mais antigas do mercado turístico. Na atualidade, ainda é procurado para práticas terapêuticas, no entanto predomina a procura para fins de lazer e recreação. França e Cruz (2005, p. 121) ressaltam que “Balneário é uma categoria de espaço que milenarmente vem sendo utilizado como alternativa de lazer e recreação para comunidades em todo o mundo moderno”, tornando-se este um local de encontro entre sociedades e culturas diferentes, bem como das populações locais, quando são percebidos como um espaço de lazer endógeno.

Atualmente, Portugal é um dos principais países a desenvolver o turismo balnear como um segmento turístico, em que o termo balneário é mais utilizado para denominar o local em que os banhistas ou esportistas trocam de roupa e tomam banho antes e depois de suas atividades aquáticas. Apesar de já ter se popularizado no país, o turismo balnear é mais voltado para fins medicinais, como é o caso da região de Carpacho que possui águas termais sulfurosas (NUNES, 2009). Ainda segundo o autor, essas fontes termais detêm águas com substâncias à base de enxofre, muito utilizado principalmente no tratamento de pele.

No Brasil, assim como na Europa, as piscinas e/ou fontes de águas termais inicialmente eram conhecidas e frequentadas pelas suas propriedades curativas e passaram ao longo do tempo a ser utilizadas para outros fins, como consumo humano e práticas de lazer e recreação (FRANÇA; CRUZ, 2005). De acordo com o Código de Águas Minerais, as fontes de águas minerais brasileiras são classificadas quanto aos gases e à temperatura que emitem, podendo, dessa maneira, ser definida a sua qualidade e utilidade, uma vez que nem toda fonte de água é potável e propícia para o consumo humano.

No Brasil, os destinos turísticos balneares variam de acordo com a região e com a diversidade natural onde a prática turística pode se desenvolver. Seja em praias litorâneas, em rios ou em igarapés, o atrativo turístico tem grande participação no desenvolvimento da região na qual é implantado. Um exemplo disso é a região centro-sul, que, segundo França e Cruz (2005, p. 122), “São espaços de praias, localizadas na região marítima das cidades litorâneas, como é o caso de Balneário Camboriú, Santos, Guarujá, Ubatuba e outros.”

Já na região Norte do país o turismo balnear se desenvolve principalmente em rios, em piscinas naturais advindas de nascentes, e em igarapés que são elementos icônicos no cenário amazônico, a maioria possui águas frias de diferentes tonalidades de

cor, constituindo os denominados Balneários Amazônicos (FRANÇA; CRUZ, 2005). Com características tipicamente amazônicas, são espaços que proporcionam lazer e recreação, tanto para turistas quanto para a comunidade local.

Em outras Regiões do Brasil há municípios com título turístico de cidade balnear e estâncias hidrominerais ou termais, neles as águas variam de temperatura, podendo chegar até 60°C. Grande parte da economia dessas cidades é movida pela atividade turística balnear. Entre elas estão as cidades de Águas de Santa Bárbara e Águas de São Pedro em São Paulo; Ilhas de Itaparica, Caldas do Jorro e Dias d'Ávila na Bahia; e Caldas Novas em Goiás.

No entanto, para se desenvolver em um determinado local, o turismo balnear deve atender aos requisitos definidos pelo Código de Águas Minerais – Decreto-Lei nº 7.841, que no Capítulo VI dispõe sobre o Comércio de Água Mineral, Termal, Gasosa, de Mesa ou que seja destinada a fins balneários:

Art. 25. Só será permitida a exploração comercial de água (mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários) quando previamente analisada no D.N.P.M. e após expedição do decreto de autorização de lavra.

Art. 26. Não poderão ser exploradas comercialmente, para quaisquer fins, as fontes sujeitas à influência de águas superficiais e, por conseguinte suscetíveis de poluição.

Art. 27. Em cada fonte em exploração regular, além da determinação mensal da descarga e de certas propriedades físicas e físico-químicas, será exigida a realização de análises químicas periódicas, parciais ou completas, e, no mínimo, uma análise completa de três em três anos, para verificação de sua composição. (BRASIL, 1945, s. p.).

Mesmo com a existência do Código de Águas Minerais, o turismo balnear em sua maioria desenvolve-se de maneira desordenada, sem acompanhamento profissional e fiscalização dos órgãos responsáveis, principalmente em praias litorâneas. Quase sempre a maioria assume um caráter massivo, aberto à visitação, a partir do qual muitas vezes ocorre o excesso de pessoas em um único espaço ao mesmo tempo.

Além de ocorrer em praias, o turismo balnear, segundo França e Cruz (2005, p. 123), também ocorre “em áreas de igarapés ou pequenos rios, onde se instala uma infraestrutura mínima de apoio, como bares e restaurantes, *toilets*, mesas e cadeiras em áreas cobertas ou não.” Essa definição é voltada para os balneários amazônicos, desenvolvidos em sua maioria em igarapés, que no caso deste estudo se localizam em Bragança. Nesse tipo de balneário, geralmente o fluxo turístico é menor do que nas praias, uma vez que a maior parte desses estabelecimentos é de propriedade privada, de pequeno porte e em alguns casos de difícil acesso, sendo utilizados sobretudo para o lazer local, como será percebido mais adiante nos resultados da pesquisa.

França e Cruz (2005, p. 123) afirmam que “Os igarapés e rios amazônicos têm em sua maioria águas escuras, não havendo possibilidade de visualizar a fauna aquática.” Todavia, nos igarapés da região do Caeté, onde está localizado o município de Bragança (PA), são percebidas águas límpidas de tonalidade esverdeada ou amarelada, que em épocas de chuva se tornam turvas e de cor amarronzada. Essas características tornam os igarapés amazônicos diversificados e de águas distintas, com predominância de piscinas naturais com águas frias devido ao clima equatorial quente úmido e ao solo, ideais à prática do banho e do lazer (FISCH; MARENGO; NOBRE 1998).

Ainda segundo França e Cruz (2005, p. 123), “no imaginário do homem amazônico, e na sua prática de lazer, os balneários são espaços localizados em áreas de igarapés ou pequenos rios.” Esses ambientes oferecem alternativas de lazer e recreação a seus usuários e se adaptam à realidade e às características da região, tornando-se um espaço de sociabilidade e encontro popular. Contudo, muitos balneários amazônicos já estão sendo adaptados diretamente para o lazer e o turismo e destinados ao público com melhor poder aquisitivo. Mesmo os que não são pensados para o público externo acabam recebendo turistas vindos de outras cidades e regiões, é o que ocorre em alguns balneários bragantinos, como será visto mais à frente.

Com espaços desenvolvidos para receber o turismo balnear de igarapés, deve-se pensar principalmente em minimizar os impactos negativos que este tipo de estrutura pode gerar para o ambiente, tanto para o natural quanto para o social. Além dos entraves decorrentes da ação antrópica, este turismo também sofre com ações decorrentes de fatores naturais, sendo o clima e a sazonalidade os principais obstáculos para sua prática, uma vez que estando inserido no segmento de sol e praia necessita de clima favorável para sua funcionalidade. É procurado de acordo com a época do ano, possuindo maior fluxo nas férias escolares de meio e final de ano, em feriados prolongados, férias trabalhistas, e outras datas comemorativas em que as pessoas possam viajar e desfrutar desse segmento, visto que a maioria das estâncias balneares, principalmente as existentes em praias, localizam-se longe dos centros urbanos, sendo a distância outro fator a ser levado em consideração.

O turismo balnear está crescendo cada dia mais, seja ele desenvolvido em igarapés, rios, lagoas, albufeiras ou praias litorâneas. Seu público geralmente busca lazer, recreação, maior contato com a natureza e até mesmo com culturas diferentes, podendo ser usufruído ainda, como no princípio, para fins medicinais. Em Bragança, esse tipo de turismo é desenvolvido principalmente na praia de Ajuruteua (marítima) e em balneários de igarapés localizados ao redor da cidade. No entanto, como toda atividade turística, também necessita de estrutura de apoio com boas condições de acesso, transporte, saneamento básico, além de outros dispositivos. Para isso, o planejamento turístico torna-se imprescindível na busca de minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos advindos da atividade.

5 O TURISMO BALNEAR EM BRAGANÇA

O município de Bragança, localizado na Amazônia ocidental, é um dos 144 municípios do estado do Pará. Este, cortado pela linha do Equador em seu extremo norte, é o único estado do país banhado pelo rio Amazonas e pelo Oceano Atlântico. Isto lhe confere características únicas, principalmente com relação ao meio natural, no qual se concentram cenários com diversificadas praias paradisíacas, mangues e campos alagados. Além de múltipla identidade popular, que se expressa a partir de sua gente e de seus costumes.

Bragança é uma das cidades mais antigas e importantes do Pará, também conhecida como “Pérola do Caeté”, por situar-se à margem esquerda do rio Caeté. Quadricentenária, completa 407 anos em 2020 e tem sua origem relacionada à história da conquista da Amazônia, durante o período colonial. Sua identidade se expressa em sua arquitetura com construções que resistiram ao tempo e nas manifestações culturais, tradições e costumes, também na culinária e no saber fazer de sua população tradicional que tem orgulho de ser bragantina.

A cidade de Bragança compõe a região do Caeté, e, segundo a língua Tupinambá, Caeté significa (*caa + y + eté*= mato bom; verdadeiro) e remonta suas origens documentais a 08 de julho de 1613, quando uma expedição da capitania francesa liderada por Daniel de Latouche, também conhecido por senhor de La Ravardière, desembarca na região. Esses expedicionários se tornaram os primeiros brancos a conhecerem a região do Caeté, habitada até então pelos índios apotiungas da nação Tupinambá que era predominante na região (BRASIL, 1998). Devido a sua relevância econômica, política e geográfica, a cidade cresceu rapidamente, sendo a segunda cidade mais importante do estado, e teve sua importância galardoada com a construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança – EFB, construída no período de expansão da atividade gomífera, empreendimento que a ligava a duas cidades. Iniciada em 1883, foi inaugurada oficialmente em 1908 pelo então governador Augusto Montenegro (SIQUEIRA, 2015).

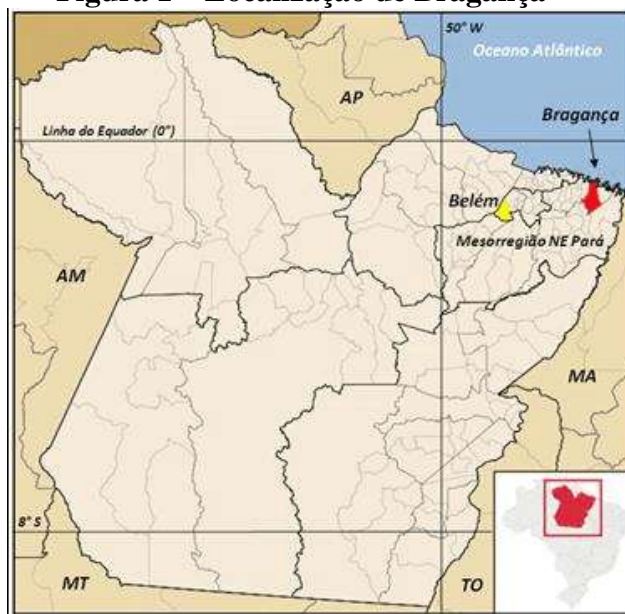
Tal empreendimento permitiu, segundo Quaresma e Maia (2019, p. 72), a integração efetiva do estado do Pará com o nordeste paraense, mas também

[...] muitas de suas paradas se tornaram ao longo do tempo municípios, alguns deles com vocação turística, para os quais muitas pessoas se deslocavam com objetivos econômicos, de estudos, visitar parentes e/ou turismo. O declínio da EFB se deu a partir do maciço investimento nas rodovias durante o fim da década de 1950 a início de 1960, deixando de funcionar de fato em 1964, no primeiro ano do Golpe Civil-Militar. Desativada há mais de 50 anos, as estações foram abandonadas e ou refuncionalizadas para outros fins e os trilhos foram retirados para diversos usos. No entanto até hoje permeia a memória da região integrando o patrimônio histórico local.

Hoje, registram Quaresma e Maia (2019), o trajeto da EFB, apesar de desativado, foi reatualizado pela Secretaria Estadual de Turismo – SETUR, a partir de 2014, como uma rota turística rodoviária alternativa – margeando o mesmo trajeto da antiga estrada –, para acessar inúmeros atrativos turísticos do nordeste paraense, inclusive o município de Bragança.

A 210 km de Belém, capital do Pará, o ingresso ao município pode ser feito por vias terrestre, fluvial e aérea. Porém, o transporte terrestre é o mais utilizado, o qual se faz pela BR-316 (Belém a Capanema), seguindo pela BR-308 (Capanema a Bragança). Conforme Brasil (1998), Bragança faz divisa, ao Norte, com Oceano Atlântico; ao Sul, com os municípios de Santa Luzia do Pará, distante a 82 km, e Viseu, a 110 km; a Leste, com o município de Augusto Corrêa, a 18 km; e a Oeste, com o município de Tracuateua, a 14 km.

Bragança é uma cidade acolhedora e abundante em história e cultura, sem se esquecer de suas paisagens naturais, como praias, campos naturais, mangues, rios, igarapés, e da variedade na fauna e flora. Inserida na Mesorregião do Nordeste paraense e integrante da Microrregião Bragantina, uma das áreas mais antigas de colonização do estado do Pará, é a cidade mais populosa da região, com 113.227 habitantes em 2010 e estimativa de 124.184 habitantes para 2017, distribuídos em sua sede, distritos, vilas e povoados que compõem uma área de 2.091,930 km² (BRASIL, 1998; 2010). Um dos fatores responsáveis pela relevância que esta cidade possui é sua localização geográfica, conforme visualizado na Figura 1, que a favorece, proporcionando-lhe grande visibilidade econômica baseada na pesca, no comércio, na agricultura e no turismo.

Figura 1 – Localização de Bragança

Fonte: Costa e Wollmann (2016).

É considerado o principal polo pesqueiro da região, tendo sua economia voltada para este setor, mais precisamente por meio da pesca comercial, que exporta o pescado *in natura* e beneficiado, possibilitando a comercialização mais racional e higiênica, com maior vida útil e melhor qualidade. A pesca artesanal e a coleta de caranguejo e mariscos também são praticadas. Sua produção é destinada parte para empresas de beneficiamento e parte para abastecer o próprio município, comercializada em locais como o porto, a feira municipal de peixe e outros pontos de venda espalhados pela cidade.

No fomento à economia municipal, somadas à pesca, ao comércio e ao turismo, estão atividades ligadas ao setor primário, com ênfase na agricultura, que é predominantemente familiar, no extrativismo de caranguejo, mexilhão, entre outros mariscos, e na pecuária. Tais atividades compõem o cotidiano de muitas comunidades que em sua maior parte têm a pesca como principal fonte de renda e base alimentar, complementada com pequenas lavouras. Tem como principal cultivo a mandioca (*Manihot utilissima*), que é a base para a produção de farinha d'água, muito apreciada e consumida no estado do Pará.

Desde sua criação em 1988, a SETUR Bragança sempre priorizou os segmentos de sol e praia e os relacionados à natureza, sem dar a devida importância aos demais, mesmo com a grande diversidade patrimonial arquitetônica e cultural do município. No entanto, essa realidade começou a mudar a partir do novo Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará, (Plano Ver-o-Pará) (PARÁ, 2012), lançado em 2011, que trouxe a proposta de ampliar o turismo na região a partir da inserção de outros segmentos como o cultural. Dessa maneira, a cultura e a natureza se atrelam para formarem novos produtos. E isso já começou a ficar evidente em Bragança, a partir de 2013, quando foi aprovado pelo MTUR o projeto de Fomento ao Turismo Religioso, com foco na Festividade do Glorioso São Benedito, elaborado pela SETUR Bragança.

Com o turismo de sol e praia, o cultural e o religioso, o município tem ganhado cada vez mais importância e visibilidade no cenário turístico do Pará. Consagrando-se entre os destinos mais procurados no nordeste paraense, desenvolve também o turismo

de negócios que mantém a cidade turisticamente ativa durante todo o ano, colaborando com a ocupação hoteleira e com o comércio local independente do período. Nesse contexto, vem destacando-se, também, o turismo balnear.

Para este estudo foram identificados os dez empreendimentos balneares mais frequentados no município, apresentados no Quadro 1. Estes ficam localizados fora do eixo urbano do município e na sua totalidade são de propriedade particular. Alguns funcionam somente aos finais de semana, quando a demanda é maior, e outros funcionam a semana toda, independentemente da sazonalidade turística.

Quadro 1 – Balneários mais visitados em Bragança

| Nome | Localização | Estrutura/Serviços |
|-----------------------------|---|--|
| Balneário Chácara Gonçalves | Comunidade Bacuri – km 3. | Restaurante, piscina, camping, playground, estacionamento. |
| Balneário Sítio Rio Grande | Comunidade Caratateua – PA– 308 km 3. | Hospedagem, camping, estacionamento, redário*, restaurante, playground, piscina e quadras. |
| Balneário do Índio | Comunidade Cearazinho PA –308, km 12. | Hospedagem, restaurante, salão de jogos, piscina, playground, estacionamento. |
| Balneário Tokaia | Vila do Abacateiro PA– 450, km 2. | Restaurante, redário, estacionamento, quiosque, piscina. |
| Balneário Água Fria | Jiquiri, PA–308, km 3. | Restaurante, camping, estacionamento, quadras, campo, piscina. |
| Balneário do Santinho | Vila de Camutá PA–308, km 3. | Restaurante, bar quiosques, piscina, estacionamento. |
| Balneário Paraíso dos Reis | Vila Camutá, PA–308, km 3. | Quiosque, alimentação, bebidas, camping, estacionamento, igarapé. |
| Balneário Curuperé | Estrada do Ferreira, km 4. | Camping, estacionamento, restaurante, quiosque, igarapé. |
| Balneário Guarasuco | Vila Curuperé, Estrada do Ferreira, km 3. | Estacionamento externo, restaurante, quiosque, piscina. |
| Balneário Edson Oliveira | Vila Sinhá, Rua do Trilho km 2. | Estacionamento, quiosque, piscina natural. |

Fonte: Pesquisa de campo.

* Espaço com redes ou estrutura para armar redes para descansar ou dormir.

Alguns destes balneários podem ser alugados para eventos e/ou piquenique. As piscinas são todas de água corrente aproveitando os próprios igarapés, apenas dois deles construíram piscinas para crianças. A maioria apresenta uma estrutura adequada para o recebimento de visitantes, como é o caso do Balneário Tocaia, visualizado na composição de fotos da Figura 2. No entanto, observou-se que não houve um planejamento adequado levando em consideração as possíveis impactos ambientais. Além disso, outro ponto comum é o fato de todos serem empreendimentos familiares,

geralmente criados e/ou administrados por filhos dos proprietários, que conseguiram enxergar em um atrativo natural – o igarapé – a possibilidade de um negócio lucrativo.

Figura 02 – Balneário Tocaia, com espaço para restaurante, estacionamento, quiosques e piscina natural



Fonte: Elcivânia Tack (2018).

São locais que ficam no entorno da cidade, que se tornaram um dos espaços de lazer da população local, além de serem uma opção para o turista que busca conhecer ambientes naturais que oferecem banho de água doce. Apresentam diferentes serviços e, em parte deles, não é permitido o ingresso de alimentos e bebidas. Dos dez estabelecimentos pesquisados, oito cobram ingressos por veículo, variando o preço de acordo com a sazonalidade turística, oscilando de R\$5,00 a R\$ 30,00 reais; somente dois deles não cobram pela entrada. De acordo com os proprietários, a cobrança na alta temporada ajuda no controle da capacidade de carga, pois, se liberada a entrada, os balneários ficam superlotados.

Na entrevista aos administradores e aos proprietários dos balneários, cuja síntese é apresentada no Quadro 2, percebeu-se que não há conhecimento amplo e técnico sobre o turismo balnear. Entendem os balneários meramente como locais onde há banhos, lazer, recreação, descanso e diversão, quando poderiam agregar valor ao ambiente e ter um diferencial dos demais, a partir da apresentação da cultura local. Não há fiscalização por parte dos órgãos competentes e os entrevistados reconhecem que ainda falta melhorar tais espaços em alguns aspectos, principalmente estruturais, já que há condições sanitárias precárias, sobretudo com relação aos banheiros e vestiários, sendo que alguns nem oferecem essa segunda opção.

Quadro 2 – Síntese dos resultados dos questionários e das entrevistas

| Pesquisa de Campo nos Balneários | | |
|---|----------------------|-----|
| Informações observadas | Dados Quantitativos* | |
| | Sim | Não |
| Cobrança de ingressos | 8 | 2 |
| Coleta seletiva de lixo | 9 | 1 |
| Parcerias com o poder público (Bombeiros e Vigilância Sanitária no período da constituição do empreendimento) | 8 | 2 |
| Informações observadas | Dados Qualitativos** | |
| Conhecimento dos empreendedores a acerca do Turismo Balnear | - | X |
| Realização de fiscalização periódica | - | X |
| Percepção do igarapé apenas como espaço para banho e lazer | X | - |
| Ingresso de alimentos e bebidas nos balneários | - | X |
| Desenvolvimento de ações de educação ambiental nos balneários | - | X |

Fonte: Pesquisa de Campo.

(*) Obtidos a partir de questionários

(**) Obtidos a partir de entrevistas

Foi informado que não existe e nunca existiu nenhuma parceria entre os balneários e o poder público local. Quanto à fiscalização, à instrução ou ao acompanhamento para a construção e/ou abertura do empreendimento por meio do poder público, seis receberam instrução e/ou fiscalização do Corpo de Bombeiro, apenas dois receberam fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde (Vigilância Sanitária), e as demais instruções e/ou fiscalizações por parte da SETUR Bragança e Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA nunca aconteceram. Isso faz com que estes locais nem sempre funcionem de maneira adequada, sem compromisso com serviços oferecidos ao turista, ou com os impactos ocasionados ao ambiente natural. Além disso, há falta de interesse por parte dos próprios proprietários desses empreendimentos em buscar melhorias junto ao setor público, em cobrar seus direitos e praticar seus deveres para oferecer serviços de qualidade e manter uma atividade sustentável.

No que se refere ao lixo, em nove dos empreendimentos, é realizada a coleta seletiva. Os recicláveis são separados e levados para *containers* de coleta seletiva da prefeitura, existentes em pontos específicos da cidade, doados e/ou vendidos. Em todos eles há lixeiras e a limpeza é feita diariamente.

O fluxo de pessoas nos empreendimentos varia de acordo com a sazonalidade e com o calendário festivo da cidade. Os períodos de maior movimentação são: janeiro, fevereiro, segunda quinzena de junho, julho, segunda quinzena de novembro, e dezembro. Na baixa temporada, os balneários variam seu fluxo de visitantes com média de 500 a 1.300 pessoas por mês, dependendo do tamanho do empreendimento; e, na alta temporada, com média de 1.200 a 3.600. No período de menor visitação, os empreendimentos balneares são mais frequentados por famílias da própria cidade, que geralmente levam seus filhos e amigos para conhecerem e desfrutarem do ambiente. Já

no de maior visitação, percebe-se que o maior índice é de pessoas que frequentam esses empreendimentos na companhia de amigos, vindos de fora ou da própria cidade.

Não se percebeu uma preocupação efetiva com a questão ambiental, excetuando-se a coleta seletiva do lixo. No entanto, não há um trabalho de educação ambiental nos ambientes, de controle de capacidade de carga, um estudo para a localização das fossas longe das correntes de água, para descarte da água utilizada nos banheiros e restaurante, e/ou proteção das nascentes de água e da vegetação existente. Isso evidencia a quase inexistência de ações que promovam a qualidade do ambiente natural, o que garantiria, a longo prazo, o tempo de vida útil dos empreendimentos com qualidade, diversificando e fortalecendo o turismo balnear como possibilidade de sustentabilidade local.

A se tomar como referência o disposto por França e Cruz (2005), os igarapés de Bragança constituem-se em balneários amazônicos com aptidão e condições mínimas para a prática do turismo e do lazer. E, por conseguinte, contribuem para que o município possa ser reconhecido e se consolide como um destino significativo para o turismo balnear na Amazônia. Desde que, para tanto, as necessidades de qualificação dos gestores e profissionais que neles atuam, de melhorias na prestação dos serviços e na infraestrutura dos empreendimentos sejam supridas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bragança é um município da Amazônia ocidental fundamental na constituição da sociedade paraense, uma vez que é uma das cidades mais antigas da Amazônia, tendo sido fundada antes mesmo da capital Belém. Possui um passado notório, com influência de diversas levas migratórias. Passou por muitas transformações urbanas graças à influência portuguesa, ao capital advindo do período da borracha e à implementação da Estrada de Ferro Belém-Bragança. Tem no pescado sua principal fonte de renda, seguida pelo comércio. O setor do turismo é o terceiro maior contribuinte para a economia da cidade, que possui diversos potenciais turísticos que poderiam ser transformados em produtos e contribuir ainda mais para esta.

Ao se observar a realidade dos estabelecimentos balneares, constata-se que pouco ou quase nada é feito pelo poder público para que estes funcionem de maneira correta e ofereçam qualidade a seus consumidores. Faz-se necessária a melhoria nos estabelecimentos balneares do município, para que façam o uso sustentável dos recursos naturais, valorizem a cultura local, preservando a autenticidade a partir de uma oferta cultural que surpreenda pela originalidade, demonstrando identidade própria, ajudando a promover a educação ambiental, o respeito às comunidades locais e principalmente a conservação dos recursos naturais. Além disso, a arquitetura deve estar em harmonia com o ambiente. Porém, com padrão de qualidade, proporcionando a seus turistas e visitantes a vivência de uma experiência turística amazônica com conforto, qualidade e segurança.

Para tanto, é imprescindível que a gestão pública municipal de turismo articule parcerias entre empreendedores balneares e instituições e/ou agências de fomento. De modo a possibilitar e facilitar o acesso aos recursos financeiros necessários para a realização das melhorias apontadas. Uma vez que a maioria dos proprietários de balneários não possuem condições próprias para isso, o que inviabiliza que façam as alterações em seus estabelecimentos.

Espera-se que os empreendimentos balneares de igarapés possam oferecer emprego, gerar renda e desenvolvimento para a sociedade local a partir do turismo, além de demonstrarem e incentivarem a valorização e a preservação cultural, ambiental e

social local. Para que isso aconteça, inicialmente, é imperativo fomentar a prática organizativa a partir da criação de uma associação, comissão ou conselho que reúna os proprietários dos empreendimentos balneares. Essa iniciativa é de fundamental importância para eles se organizem e se preparem para participar do processo de tomada de decisão referentes às políticas públicas de turismo e de meio ambiente do município de tal modo que elas contemplem esses espaços.

A segunda postura a ser tomada é o desenvolvimento de ações conjuntas entre *trade* turístico, poder público e sociedade civil organizada. A partir das parcerias entre eles, é possível conquistar diversos benefícios, os quais somam para o crescimento e sucesso desses empreendimentos. E, conseqüentemente, para o crescimento no fluxo e no setor econômico do turismo e de lazer.

O entrosamento com o poder público é de suma importância, pois a partir deste é possível receber e desenvolver políticas públicas voltadas exclusivamente para esse tipo de empreendimento, como cursos de capacitação dos setores envolvidos. O ideal é que tais cursos abordem temáticas desde gestão empresarial, qualidade no atendimento até boas práticas na manipulação de alimentos. É importante também que seja trabalhada a questão da gestão ambiental, enfocando o manejo dos recursos naturais, essência dos balneários.

Há que sejam efetivadas melhorias em dispositivos de acesso, como ruas, estradas, placas de sinalização, entre outros. Por meio de iniciativa conjunta entre a sociedade civil e o poder público, os empresários ficam mais informados sobre as ações que devem ser tomadas em seus empreendimentos para que o turismo seja desenvolvido de maneira efetiva no município tomando como base seus balneários.

Ainda em coadunação com o poder público, é possível desenvolver projetos que ajudem a preservar o meio ambiente. Ações conjuntas entre balneário e escolas, sejam públicas ou privadas, podem incentivar o reflorestamento, o descarte regular do lixo e a coleta seletiva. O que contribuirá para a geração de benefícios aos empreendimentos, à sociedade e, principalmente, ao meio ambiente.

Ações bem simples de incentivo ao reflorestamento e à preservação da natureza podem ser realizadas pelos balneários em parceria com a SEMMA. Uma delas consiste em presentear o turista com uma muda de planta, que possua característica da fauna amazônica, uma vez que os balneários de igarapés são tipicamente amazônicos, proporcionando a ele a sensação de estar levando consigo as boas energias do local que frequentou. Ademais de sensibilizá-lo sobre a importância da preservação da flora local.

É importante entender que, para a atividade turística se desenvolver de maneira equilibrada, se faz necessário criar produtos locais, diversificando os atrativos turísticos, aproveitando o vasto potencial existente, sem esquecer de preservar e valorizar o patrimônio natural e cultural. Portanto, o turismo balnear pode ser, para o município de Bragança, uma alternativa de diversificação do turismo receptivo envolvendo empreendimentos locais. Com planejamento e execução adequados, o turismo balnear, além de gerar emprego e renda, pode vir a ser uma alternativa para promover a sustentabilidade sociocultural, ambiental, contribuindo para o desenvolvimento endógeno justo e satisfatório de Bragança.

Convém ressaltar que a pesquisa relatada neste artigo não esgota a discussão sobre turismo balnear na Amazônia e que as limitações dela abrem a possibilidade de continuação dos estudos para saná-las. Cita-se, como exemplo, a necessidade da oitiva dos turistas e visitantes locais, para identificar a percepção deles sobre os balneários. E, também, a realização de estudo similar em outros municípios do nordeste paraense e de

outras regiões do estado, com vistas a verificar as semelhanças e/ou diferença da prática do turismo balnear neles.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, A. Turismo balnear. **Prezi**, dez. 2015. Disponível em: <https://prezi.com/iol8zr2ztcqh/turismo-balnear/>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 17 ed. Campinas: Papyrus, 2008.

BEZERRA, T. **O destino (do) Brasil no dia mundial do turismo**. Brasília: Ministério do Turismo. EMBRATUR, 2018. Disponível em: http://www.embratur.gov.br/piembratur.new/opencms/salaImprensa/artigos/arquivos/O_Destino_do_Brasil_no_Dia_Mundial_do_Turismo.html . Acesso em: 15 dez, 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Documento referencial turismo no Brasil 2011/2014**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/49-documento-referencial-turismo-no-brasil-2011-2014.html>. Acesso em: 11 ago. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Sol e praia são a principal atração de estrangeiros para o Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2016. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/6513-sol-e-praia-s%C3%A3o-a-principal-atra%C3%A7%C3%A3o-de-estrangeiros-para-o-brasil.html>. Acesso em: 07 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945**. Código de Águas Minerais. Diário Oficial da União – Seção 1 – 20/8/1945, p. 13689. Brasília:1945. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del7841.htm. Acesso em: 25 jan. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de natureza ganha força no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2015. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAultimas-not%C3%ADcias/5526-turismo-de-natureza-ganha-for%C3%A7a-no-brasil.html>. Acesso em: 07 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Lei do SNUC. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providencias. Diário Oficial da União – Seção 1 – 19/7/2000, p. 1. Brasília: 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 25 jan. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades: Bragança – Pará**, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/braganca/panoram>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. Instituto Brasileiro de Turismo EMBRATUR. **Plano Aquarela**: marketing turístico internacional do Brasil 2007/2010. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Glossário do turismo**: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos. 1 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2018. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/images/pdf/Publica%C3%A7%C3%B5es/Glossario do Turismo_1_edicao.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/pdf/Publica%C3%A7%C3%B5es/Glossario_do_Turismo_1_edicao.pdf). Acesso em: 19 abr. 2020.

COSTA, M. A. M. A questão hídrica na metrópole fluminense: um olhar sob a dinâmica da gestão (DITA) participativa. **Norus Novos Rumos Sociológicos**, Pelotas, RS, v. 3 n.4 p. 176-207, jul/dez, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/6906>. Acesso em: 11. out. 2019.

COSTA, T. O.; WOLLMANN, C. A. Eventos de precipitação extrema e impacto meteórico na bacia hidrográfica do Igarapé Cereja, área urbana de Bragança-Pa, durante o inverno amazônico de 2014. **Revista do Departamento de Geografia da USP**. São Paulo, Volume Especial p. 51-69, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/115686>. Acesso em: 19 de ago. 2020.

DENCKER, A. F. M. **Pesquisa em turismo**: planejamento, métodos e técnicas. São Paulo: Futura, 1998.

FALCÃO, L. A. C. **Dicionário de turismo** – conceitos, definições, siglas e tipologias, termos técnicos do meio turístico. São Borja: [s.n.], 2016. Disponível em: <http://futurismologo.blogspot.com.br>. Acesso em: 8 out. 2019.

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

FISCH, G; MARENGO, J. A; NOBRE, C. A. Uma revisão geral sobre o clima da Amazônia. In: **Acta Amazônica**, Manaus, v. 28, n. 2, p. 101, jun. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0044-59671998000200101&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 fev. 2019.

FRANÇA, J. P; CRUZ, S. H. R. Balneários Amazônicos: do conceito a prática do lazer. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO, (CBTUR), 25, 2005, Belo Horizonte. **Coletânea** [...]. São Paulo: Roca, 2005. p. 117-129.

FURTADO, L. F. Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 159-172, mai/ago. 2006.

GOMES, E. L. S.; SIMONIAN, T. L. A dinâmica das organizações turísticas e o consumo de água em São Luís (MA) e Belém (PA). In: **Revista Iberoamericana de**

Turismo – RITUR, Penedo, v. 9 n. 1, p. 248-273. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/7120>. Acesso em: 11 ago. 2019.

GRIMM, I.; SAMPAIO, C. A. C. Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. In: **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 19, p. 57 – 68, mar. 2011. Disponível em: http://abes-dn.org.br/publicacoes/rbciamb/PDFs/19-09_Materia_geral_7_artigos273.pdf. Acesso em: 21. abr. 2019.

MARTINS, P. C. S. **As paisagens da faixa de fronteira Brasil/Bolívia**: complexidades do Pantanal Sul-Matogrossense e suas potencialidades para o turismo de natureza. 2018. 316f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>. Acesso em: 21 abr. 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM. **Glossário de termos relacionados à gestão de recursos hídricos**. Minas Gerais: Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2008. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/download/GESTAO%20HIDRICA/leitura%20anexa%202.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2019.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

MOTA, A. C. F. **Turismo de natureza como fator impulsionador da preservação ambiental**: o ocaso dos Passadiços do Paiva, 2019. Tese (Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente). Universidade do Porto, Porto, 2019. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/123514/2/363186.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NUNES, C. M. de F. A. **Figueira da Foz (1930-1960)**: apontamentos sobre o turismo balnear. 2009, 236f. Dissertação (Faculdade de Letras). Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13474/1/Tese_mestrado_Carlos%20Manue%20Almeida%20Nunes.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. São Paulo Aleph, 2005.

PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PARÁ. Secretaria de Estado de Turismo. **Plano Ver-o-Pará**: Plano Estratégico de Turismo do estado do Pará 2012-2020 – Relatório Executivo. (Consultoria realizada Chias Marketing Ltda.). Belém, PA: SETUR, 2012.

PEREIRA JÚNIOR, J. de S. **Recursos hídricos** – conceituação, disponibilidade e usos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

QUARESMA, H. D. A. B. O turismo em comunidades pesqueiras como alternativa para a gestão dos recursos hídricos. In: **Revista Conexões- ICSA**, v. 3, n. 1, p. 99 a 141, jan/dez. 2010. Belém: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UFPA, 2010.

QUARESMA, L. A. B.; MAIA, M. O. A Estrada de Ferro Belém – Bragança (EFB): memórias e usos para além da integração. In: **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, v. 9, Número Especial, p. 62 – 79, mar 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/7091>. Acesso em: 4 out. 2019.

ROCHA, R. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2005.

ROOSEVELT, A. C. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. In: NEVES, W. (Org.). **Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia**. Belém: MPEG/CNPq, 1991, p. 103-141.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 14^a ed. São Paulo: Papirus, 2008.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. rev. atual. São Paulo: Papirus, 2016.

SIMONIAN, L. T. L. **Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia**. **Papers do NAEA nº 196**, Belém, out. 2006, p. 15-52.

SIQUEIRA, J. L. F. de. **Trilhos: o caminho dos sonhos (memorial da Estrada de Ferro de Bragança)**. Bragança: Revista e ampliada, 2015.

SOUZA, A. J. G. **O turismo de natureza no Funchal**. 2014, 204f. Dissertação (Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento). Departamento de Geografia da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/27519/4/O%20Turismo%20de%20Natureza%20no%20Funchal.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020.

URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio SESC, 2001.

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.

Water-based tourism in the Amazon: realities and perspectives of Bragança (PA)

Abstract

Water-based tourism is a common practice in many countries, having as its main motivation the use of water resources promoting relevant tourist flows, whether linked to the beach, rivers, and lakes. In the Amazon, water-based tourism has a different aspect it is essentially done in Amazonian streams, quite abundant water resources in the region. They are part of the experience of the Amazon people who use it in many ways and is currently considered one of the main tourist and leisure attractions of this region. This paper aims to highlight the relevance that the Amazonian streams in Bragança town, one of the main tourist destinations of northeastern Pará, has for tourism and how this natural resource has been a booster of tourist demand in the city. The methodology used was based on bibliographical and documentary research. As well as on-site field research, with data collection in water-based tourism locations. Including interviews with public representatives and businessmen in the sector. The data showed the relevance and possibilities of this type of enterprise in the tourist activity of the town. However, the Amazonian streams are still considered only as support attraction for the tourist activity to develop. Lastly, although the government doesn't consider the Amazonian streams as a significant attraction yet, seen merely as supporting the tourist activity, they are being demanded by the local and tourist population and becoming increasingly more visited and with the potential to turn into a strong tourist product of Bragança.

Keywords: *Water-based tourism. Amazonian streams. Northeastern Pará. Bragança (PA).*

Artigo recebido em 19/02/2020. Artigo aceito em 13/05/2020.